

O PADRE ANTONIO VIEIRA E A PEDAGOGIA DA ESCRAVIDÃO

Amarílio Ferreira Jr.
Universidade Federal de São Carlos
Marisa Bittar
Universidade Federal de São Carlos

Introdução

Nosso objeto de estudo nesta comunicação são os três mais importantes sermões do padre Antonio Vieira dedicados aos “*pretos em particular que trabalha[va]m (...) nos engenhos*”¹ da Bahia e eram membros da Confraria da Nossa Senhora do Rosário². São eles: o 14º, o 20º e o 27º *Sermões do Rosário*. A nossa hipótese de trabalho é de que os sermões aludidos expressam uma das facetas da concepção educativa propugnada por Vieira durante a sua contraditória pregação. Lembrando que na época o ato educativo não se separava da aculturação católica, percebe-se que o pregador jesuíta objetivava convencer os negros de que a escravidão era a única forma de salvação da alma, ou seja, era o milagre divino que possibilitaria a transposição da condição de gentios em cristãos. Tornando-se cristãos teriam garantia de ingresso no paraíso celestial.

Tema complexo e delicado, a relação entre escravidão e catequese, sempre preocupou os estudiosos do assunto, que chegaram a interpretações nem sempre convergentes. Magno Vilela, por exemplo, busca a origem dessa relação nos primórdios do cristianismo e afirma que, de modo resumido, pode-se caracterizar a questão de duas maneiras: uma delas “(...) consistia em justificar pura e simplesmente a escravidão como uma decisão divina, diante da qual os cristãos deviam inclinar-se, e contra a qual os escravos não podiam rebelar-se”. A outra, “(...) mais sensível às condições da realidade e às injunções evangélicas deixava aberto um espaço para a denúncia dos males da escravidão e para a afirmação da ‘igualdade natural’ de todos homens”³.

Para ele, Vieira estava mais próximo da segunda maneira. Por outro lado, mesmo quando se trata da relação entre Vieira e a escravidão indígena, tema sobre o qual há uma espécie de consenso, isto é, de que ele defendeu posição contrária, há dissensões. Charlotte de Castelnau-L’Étoile, por exemplo, pondera que foi durante a sua ação missionária no Maranhão que ele desenvolveu o tema da “*liberdade dos índios*”, valendo-lhe a reputação de seu defensor, particularmente expressa nos seus Sermões, mas que, ao lermos esses “*belos textos*”, não podemos “*esquecer os objetivos de domínio que encerram*”⁴ tanto do ponto de vista da aculturação cristã quanto dos interesses econômicos metropolitanos.

De todo modo, se contra a escravidão do índio houve condenação, o mesmo não se deu com relação aos negros desafricanizados. Neste caso, a justificativa da escravidão pela Companhia de Jesus tinha fundamentos histórico-filosóficos nos autores clássicos que engendraram a concepção cristã de mundo. Inicialmente, remetemo-nos a São Paulo que ao escrever a *Primeira Epístola aos Coríntios* afirmou:

“(...) permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado. Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isto. Ao contrário, ainda que te pudesses tornar livre, procura antes tirar proveito da tua condição de escravo. Pois aquele que era escravo quando chamado pelo Senhor, é um liberto do Senhor”⁵.

Por sua vez, Santo Agostinho, o mais importante mentor intelectual da patrística, defendendo a tese da “*guerra justa*” contra os gentios resistentes à fé cristã, vaticinou que “*quem é vencido por outro fica escravo de quem o venceu*”⁶. Já São Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, asseverou que “*a escravidão é natural entre os homens; pois, como diz o Filósofo [Aristóteles], alguns são naturalmente escravos*”⁷. Assim, que a tradição cristã não só aceitava a

escravidão como a justificava. Para o cristianismo, a escravidão do corpo não era obstáculo para a libertação da alma subjugada pelo pecado. Dito de outra forma: a redenção da alma escravizada pelo pecado é mais importante que o flagelo da escravidão que escalavra o corpo. Este, sim, fonte inesgotável de todos os pecados que provoca a ruptura da criatura (homem) com o Criador (Deus).

A pedagogia da escravidão em três sermões de Antonio Vieira

A escravidão africana no Brasil remonta aos primórdios do processo colonizador. Na Colônia, “desde 1539 – segundo Maurício Goulart –, *jamais se cessara de clamar contra a falta de negros para o amanhã das terras e o trabalho nos engenhos*”⁸. A estimativa é de que “entre os séculos XVI e XIX desembarcaram em portos brasileiros cerca de quatro entre cada dez africanos importados pelas Américas”⁹. A escravidão se constituiu, assim, num dos alicerces da “sobrevivência para o colono europeu na nova terra”¹⁰. No dizer de Sérgio Buarque de Holanda, o modelo colonial português assentado no latifúndio, na escravidão e na monocultura engendrou, nos trópicos, uma conformação econômica fundada na “produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo”¹¹. Essa base material produziu uma estrutura societária centrada na figura dos “senhores de engenho, opulentos, arbitrários, desdenhosos da burocracia, com a palavra desafiadora à flor dos lábios, rodeados de vassallos prontos a obedecer-lhes ao grito de rebeldia”¹². Foi nesse contexto histórico que o padre Antonio Vieira pregou para os escravos negros dos engenhos da Bahia.

A escravidão negra, para Vieira, estava em consonância com os próprios interesses econômicos professados pela Companhia de Jesus ao longo dos 210 anos (1549-1759) em que perdeu a sua hegemonia educacional no período colonial. A base material de sustentação da missão evangelizadora dos jesuítas, notadamente dos colégios mantidos pela Ordem, foi a unidade produtora típica do Brasil dos séculos XVI e XVII: a fazenda de agropecuária sustentada pelo braço escravo. A evidência desse fato pode ser comprovada desde o início da colonização. Em uma carta, datada de setembro de 1551, o padre Manoel da Nóbrega já reivindica ao D. João III, Rei de Portugal que lhes conceda escravos:

*“(...) mande ao Governador[-Geral do Brasil] que faça cassas pera os meninos, porque as que tem sam feitas por nosas mãos e são de pouqua dura, e mande dar alguns escravos de Guiné hà cassa pera fazerem mantimentos, porque a terra hé tam fertil, que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos, se tiverem alguns escravos que fação roças de mantimentos e algodoais”*¹³.

As condições de vida e trabalho dos escravos negros no Brasil Colonial eram brutalmente desumanas. Avalia-se que a média de vida de um escravo no engenho de açúcar, durante os séculos XVI e XVII, era de 7 anos¹⁴; pois, “o serviço é insoffrível, sempre os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos”¹⁵ – registrou, em 1584, o padre Fernão Cardim. Inicialmente, o indivíduo feito cativo nas costas ocidentais da África era coisificado como mercadoria de um “desmedido comércio de seres humanos organizado entre dois territórios da mesma metrópole [e] entre duas províncias da mesma Companhia de Jesus”¹⁶. E, depois, era vendido como escravo e incorporado a uma massa de trabalhadores, particularmente nos engenhos de açúcar, desprovido de quaisquer direitos. Os escravos de origem africana, segundo o historiador holandês Gaspar Barléu, eram “tolerantíssimos dos labores, alimentam-se com pouco. Nascidos para sofrerem a inclemência da natureza e miséria da servidão”¹⁷.

Diante da brutalidade desse regime, o padre Antonio Vieira não permaneceu insensível à dimensão do infortúnio, embora, contraditoriamente, buscasse justificá-lo. Eis a alegoria que fazia entre o negro e o engenho: “*não se pudéra, nem melhor nem mais altamente, descrever que coisa é ser escravo em um engenho do Brasil. Não ha trabalho, nem genero de vida no mundo mais parecido á Cruz e Paixão de Christo, que o vosso em um d’estes*

engenhos”¹⁸. Para ele, em termos de sofrimento, o engenho era a cruz e o negro a própria imitação do Cristo mortificado que redimiu a humanidade do pecado original. Mas, no mundo real das relações de produção, o escravo do Brasil Colonial era apenas a engrenagem principal da máquina mercantilista que alimentou historicamente a acumulação primitiva do capital necessário à Revolução Industrial do século XIX.

Quanto ao aspecto pedagógico, a pregação de Vieira aos “pretos da *Ethyopia*” propugnava inculcar-lhes a concepção cristã de mundo. Com esse intento, pronunciou-se no **Vigesimo Sermão do Rosario**, em que aborda os três elementos de distinção dos senhores em relação aos escravos: nome, côr e fortuna. Sustentando que em nenhum desses quesitos havia superioridade dos brancos, começa evocando a origem escrava de Jesus e lembra que Maria, ao saber que seria a mãe do Filho de Deus, dissera: “*Eis aqui a escrava do Senhor*” e “*antes de ser mãe se chamou escrava*”, portanto, Jesus, ao nascer, seria “*Senhor dos homens enquanto Filho de seu Pai mas escravo dos mesmos homens enquanto Filho de sua Mãe*”, posto que o parto, *segundo as leis, não segue a condição do pai, senão da mãe*. Mais adiante, enaltecendo a condição de Maria, afirma que “*Deus não pôs os olhos na magestade e grandeza das senhoras, senão na humildade e baixeza da escrava*”¹⁹. Ainda neste mesmo Sermão afirma que:

“(…) quando os Apóstolos repartiram entre si o mundo, coube a S. Matheus a Ethiopia; mas quando lá chegou (…)” o Evangelho já tinha sido divulgado “*pelo primeiro Apostolo da sua patria, da mesma nação, da mesma lingua, e da mesma côr que os outros Ethiopes*”, o que comprovaria a “*antecipada diligencia com que os pretos se adiantaram a pregar a fé e veneração de Christo*”. Logo em seguida, indaga da religião dos próprios portugueses naqueles tempos bíblicos para responder: “*O que se acha em pedras e inscripções antigas é que dedicaram templo a Octaviano Augusto, templo a Trajano, e a todos os deuses (…)* e quando os portugueses, sem se lhes fazerem as faces vermelhas na sua brancura, reconheciam divindade n’estes monstros da ambição e de todos os vícios, os pretos nos seus altares adoravam o verdadeiro Filho de Deus e a verdadeira mãe do mesmo Filho”²⁰.

Por fim, ao abordar o terceiro elemento, diz: “*só resta a ultima razão, ou semrazão, porque o senhores desprezam os escravos, que é a vileza e miseria da sua fortuna. Oh fortuna! (…)* Virá tempo, e não tardará muito, em que esta roda dê volta, e então se verá, qual é melhor fortuna, se a vil e desprezada dos escravos ou a nobre e honrada dos senhores”²¹. Prosseguindo, buscou assemelhar a “*fortuna*” do negro ao de Lázaro, comparando a história do rico e Lázaro: “*Digam-me os ricos quem foi êste rico e os pobres quem foi êste Lázaro? O rico foi o que são hoje os que se chamam senhores, e Lázaro foi o que são hoje os pobres escravos*”²². Mas, condenando as tiranias, lastimando a situação triste dos oprimidos, quando assim os consolava da desigualdade de sua condição, o fim do orador era incutir-lhes conformidade, tal como analisou J. Lúcio Azevedo:

“Nem êle podia condenar a escravidão. A isso o forçava a coerência, desde que sempre advogara se trouxessem escravos de África, para libertar os índios do obrigatório serviço. O Brasil tem o corpo na América e a alma na África, escreveu ele (…) sem negros não haveria trabalho: era o argumento da necessidade. O de que por êsse meio se salvavam tantas almas ignorantes de Deus escondia-lhe o horror do acto injusto. O mesmo raciocínio podia convir aos índios, mas êsse não o admitia”²³.

Mas, observemos outros elementos da aculturação nos seus **Sermões**: “*(…) a gente preta tirada das brenhas da sua Ethiopia, e passada ao Brazil, conheceu bem quanto deve a Deus (…)*, por este que pode parecer desterro, *captivo, e desgraça, e não é senão um milagre, e grande milagre!*”²⁴. O Vigesimo Setimo Sermão nos põe em contacto com uma retórica tocante sobre as duas partes do homem – corpo e alma – cuja finalidade era mostrar que só era escrava uma delas. “*Sois captivos n’aquella metade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo; porém na outra metade interior e notabilissima que é a alma (…)*, não sois captivos, mas livres”²⁵. Mas a liberdade, como se

depreende de suas palavras, deveria tomar um único caminho: o da conversão. Advertindo para o perigo de se “*vender a alma ao demonio*”, professa que a alma não convertida consistia em pior cativo que o do corpo, “*e d’este cativo tão difficultoso, e tão temoroso e tão immenso é que eu vos prometto a carta de alforria pela devoção do Rosario da Mãe do mesmo Deus*”²⁶.

Livres do maior e mais pesado cativo, que é o das almas, porém, ainda ficariam escravos do corpo. Mas neste ponto deparamo-nos com a argumentação mais impressionante tendente ao conformismo. Admitindo ser “*triste e miserável servir sem esperança de premio em toda a vida, e trabalhar sem esperança de descanso, senão na sepultura*” afirma que nisto residia o “*bom remedio*” pregado pelo Apostolo Paulo: “*O remedio é que quando servis a vossos senhores, não os sirvaes como quem serve a homens, senão como quem serve a Deus (...) porque Deus vos há-de pagar o vosso trabalho*”. Mais adiante, evoca Pedro, que depois de falar com os cristãos em geral:

“(...) se dilata mais com os escravos e os anima a supportarem o da sua fortuna com toda a magestade de razões. (...) e logo ajunta as razões dignas de se darem aos mais nobres e generosos espiritos. Primeira: porque a gloria da paciencia é padecer sem culpa (...) Segunda: porque essa é a graça com que os homens se fazem mais aceitos a Deus (...) Terceira, e verdadeiramente estupenda: porque n’esse estado em que Deus vos poz, é a vossa vocação semelhante á de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo, que haveis de imitar. (...) Não compara a vocação dos escravos a outro grau, ou estado da Igreja, senão ao mesmo Christo. Mais ainda. Não pára aqui o Apostolo; mas acrescenta outra nova e maior prerrogativa dos escravos, declarando por quem padeceu Christo (...) A Paixão de Christo teve dois fins: o remedio e o exemplo. O remedio foi univesal para todos nós, mas o exemplo não resta duvida S. Pedro afirmar que foi particularmente para os escravos (...) e porque? Porque nenhum estado há entre todos mais aparelhado no que naturalmente padece, para imitar a paciencia de Christo e seguir as pisadas de seu exemplo”²⁷.

Conclui afirmando que os escravos não deveriam trabalhar de má vontade pois se nesta vida eles serviam ao senhores, acaso não seria uma mudança notável se na outra vida os senhores lhes servissem? Não, responde ele próprio. Isto seria muito pouco. Visto que:

“(...) esta grande mudança de fortuna que digo não há-de ser entre vós e elles, senão entre vós e Deus. Os que vos hão-de servir no céu não hão-de ser vossos senhores: que muito pode ser que não vão lá: mas quem vos há-de servir no céu é o mesmo Deus em Pessoa. Deus é o que vos ha-de servir no céu, porque vós o serviste na terra”²⁸.

Com esta prédica, estaria trocada a fortuna dos escravos: cá servindo aos homens, e lá sendo servidos por Deus. Por esta razão, deveriam trocar os fins de seus trabalho, “*fazendo-o de forçoso a voluntario, e servindo a vossos senhores como a Christo*”²⁹. Difícil encontrar justificativa tão conformista sobre a escravidão no Brasil! Por isto, constatamos que o pensamento de Vieira apresenta aspectos contraditórios. Quanto à escravidão indígena, o pregador admoestava a aristocracia agrária do Maranhão: “*(...) solteis as ataduras da injustiça, e que deixais ir livres os que tendes captivos*”³⁰.

Já em relação aos negros cativos, como vimos, o pregador jesuíta procura justificá-la comparando-a ao sofrimento de Jesus. No *Decimo Quarto Sermão do Rosario* em que se dirige aos “*irmãos pretos*”, compara o trabalho nos engenhos aos padecimentos de Cristo e à cruz:

“Em um engenho sois imitadores de Christo crucificado, (...) porque padecido em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. (...) A paixão de Christo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e taes são as vossas noites e os vossos dias. Christo despido, e vós despidos: Christo sem comer, e vós famintos: Christo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as

*chagas, os nomes affrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se fôr acompanhada de paciencia tambem tera merecimento de martyrio*³¹.

J. Lúcio de Azevedo, em *História de António Vieira*, comentando o mesmo sermão, percebe alguma incongruência na parábola quando Vieira concorda com a discreta afirmação de quem chamou a um engenho de açúcar de “doce inferno” e os negros os seus habitantes. Mas da fábula e da pomposa retórica, que entenderiam os “*rudes africanos*”? Segundo o autor, pouco importava ao orador, a não ser “*o ponto essencial, que eles tinham de compreender ouvindo*”³², isto é, a aceitação do cristianismo. E mais, o jesuíta afirmava no referido sermão que os escravos deveriam “*(...) dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios; e vos ter trazido a esta, onde instruídos na fé viveaes como christãos, e vos salveis*”³³. Essa posição encontra em J. Lúcio de Azevedo o seguinte óbice:

“(...) razão cristã, por isso para êle verídica, e que o reconciliava com a parte hedionda do facto; ao mesmo tempo, modo de assegurar aos que aproveitavam do martírio, se porventura escutavam, não terem objecto positivo as declamações a favor dos martirizados”³⁴.

Mas, como consolo para a estrutura física dilacerada pela escravidão, Vieira pressagiava, com base no princípio doutrinário cristão de separação entre corpo e alma, uma recompensa após a morte: “*(...) lá na outra vida haveis de viver mais que nesta: se aqui tiverdes trabalhos, lá tereis descanso*”³⁵. Assim, a alma imaculada ou purgada de todos os pecados do cristão desvanecido, que abandonou o corpo à devassidão do mundo terreno, reencontra o seu destino: o paraíso celestial.

Conclusão

A verve do padre Vieira foi marcada pela contradição do seu tempo. O pregador, ao mesmo tempo em que professava a liberdade dos índios, aceitava a escravidão dos negros, domesticando mentes. Como intelectual orgânico da Companhia de Jesus, faz de seus sermões um instrumento importante para a formação de pensamento hegemônico, ou seja, submisso à exploração e à acumulação primitiva do capital. Neste sentido, nossa conclusão é a de que Vieira enquadra-se nas duas formas de relação entre escravidão e cristianismo mencionadas no início deste texto: ao mesmo tempo em que se mostra sensível aos males da escravidão, ele não aceita a rebelião dos escravos contra ela, até porque, conforme demonstramos, ser escravo acabava sendo uma espécie de “glória”, uma imitação do sofrimento de Cristo, portanto, um caminho seguro para que “na outra vida” quem nesta serviu, fosse servido por Deus. Assim, implícita à aculturação, subjazia uma pedagogia que reforçava a escravidão.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 525 p.
- AQUINO, São Tomás de. *Suma teológica*. II.^a Parte da II.^a Parte – QLVII-LXXIX: Do direito. Da justiça e das suas partes integrantes. Tradução: Alexandre Correia. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1937. v. XIV.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *História de António Vieira*. 2.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931. t. II, 398 p.
- BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau Etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Tradução: Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, MCMXL. 409 p.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 379 p.
- CASTELNAU-L'ÉTOILE, Charlotte de. Salvar-se, salvando os outros: o Padre Antonio Vieira, missionário no Maranhão 1652-1661. *Oceanos*, Lisboa, n. 30/31, p. 55-64, abr.-set., 1997.

- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989. v. 1, p. 397.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 300 p.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 248 p.
- GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975. p. 300.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 220 p.
- NÓBREGA, Manuel S.J. Carta do P. Manuel da Nóbrega a D. João III Rei de Portugal (Olinda [Pernambuco] 14 de setembro de 1551). In: LEITE, Serafim S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1956. v. 1. p. 289-294. (Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Tradução: Oscar Paes Leme. São Paulo: Editora das Américas, 1961. v. III, 408 p.
- SÃO PAULO. Primeira Epístola aos Coríntios. In: BÍBLIA SAGRADA. *O Novo Testamento*. 7ª Impressão. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional & Paulus, 1995. p. 2147-2172.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 475 p.
- VIEIRA, Padre Antonio. Sermão da Primeira Dominga da Quaresma. In: _____. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão – Editores, 1945. v. III, p. 6-26.
- VIEIRA, Padre Antonio. 3º Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma. In: _____. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão – Editores, 1945. v. III, p. 253-279.
- VIEIRA, Padre Antonio. Decimo Quarto Sermão do Rosario. In: _____. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão – Editores, 1945. v. XI, p. 285-321.
- VIEIRA, Padre Antonio. Vigésimo Sermão do Rosario. In: _____. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão – Editores, 1948. v. XII, p. 85-121.
- VIEIRA, Padre Antonio. Vigésimo Setimo Sermão do Rosario. In: _____. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão – Editores, 1948. v. XII, p. 333-371.
- VILELA, Magno. *Uma questão de igualdade... António Vieira e a escravidão negra na Bahia*. *Oceanos*, Lisboa, n. 30/31, p. 37-52, abr.-set., 1997.
- VILELA, Magno. *Uma questão de igualdade: António Vieira e a escravidão negra na Bahia do século XVII*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 207 p.

Notas

¹VIEIRA, Antonio. *Decimo Quarto Sermão do Rosario*, p. 302.

²VILELA, Magno. *Uma questão de igualdade... António Vieira e a escravidão negra na Bahia*, p. 41.

³VILELA, Magno. *Uma questão de igualdade... António Vieira e a escravidão negra na Bahia do século XVII*, p.113.

⁴CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Salvar-se, salvando os outros*, p. 60.

⁵SÃO PAULO. *Primeira Epístola aos Coríntios (7:22)*, p. 2156.

⁶SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*, p. 174.

⁷AQUINO, São Tomás de. *Suma teológica*, p. 11.

⁸GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil*, p. 56.

⁹FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras*, p. 25.

¹⁰FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p.41.

¹¹HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 49.

¹²FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*, p. 127.

¹³NÓBREGA, Manuel S.J. *Carta do P. Manuel de Nóbrega a D. João III Rei de Portugal*, p. 293.

¹⁴SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*, p. 134.

¹⁵CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*, p. 283.

¹⁶ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, p. 154.

¹⁷BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau**, p. 65.

¹⁸VIEIRA, Antonio. **Decimo Quarto Sermão do Rosario**, p. 309.

¹⁹VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Sermão do Rosario**, p. 97.

²⁰VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Sermão do Rosario**, p. 107-108.

²¹VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Sermão do Rosario**, p. 113.

²²VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Sermão do Rosario**, p. 114.

²³AZEVEDO, J. Lúcio. **História de António Vieira**, p. 285.

²⁴VIEIRA, Padre Antonio. **Decimo Quarto Sermão do Rosario**, p. 305.

²⁵VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Setimo Sermão do Rosario**, p. 340.

²⁶VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Setimo Sermão do Rosario**, p. 350.

²⁷VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Setimo Sermão do Rosario**, p.358-360.

²⁸VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Setimo Sermão do Rosario**, p. 362.

²⁹VIEIRA, Padre Antonio. **Vigesimo Setimo Sermão do Rosario**, p. 365-366.

³⁰VIEIRA, Padre Antonio. **Sermão da Primeira Dominga da Quaresma**, p. 14.

³¹VIEIRA, Padre Antonio. **Decimo Quarto Sermão do Rosario**, p. 309-310.

³²AZEVEDO, J. Lúcio. **História de António Vieira**, p. 282-283.

³³VIEIRA, Antonio. **Decimo Quarto Sermão do Rosario**, p. 303.

³⁴AZEVEDO, J. Lúcio. **História de António Vieira**, p. 283.

³⁵VIEIRA, Padre Antonio. **3º Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma**, p. 279.